

**REQUERIMENTO** Número / ( .ª)

**PERGUNTA** Número / ( .ª)

Expeça - se

Publique - se

O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

**Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República**

O último ano assistiu à intensificação da destruição da Rede Postal Nacional, desta vez centrada no encerramento e concentração dos Centros de Distribuição Postal (CDP) – isto é, o local onde a correspondência é concentrada para os carteiros as distribuírem nos seus giros. A 25 de Janeiro a administração dos CTT dá mais um passo, com o encerramento dos CDP no Sabugal, em Vilar Formoso e em Monchique, num processo que promete continuar e intensificar-se.

Os CDP são a face menos visível dessa rede, razão pela qual a Administração dos CTT, enquanto suspendia o processo de liquidação das Estações de Correios, face à luta das populações, intensificou o processo de concentração dos CDP. Este processo tem contado com a cumplicidade do Governo Português e de todos aqueles que na Assembleia da República continuam a defender a gestão privada dos CTT, nomeadamente PSD, CDS, IL e CHEGA.

A destruição da rede de CDP em curso é motivada por estreitas razões economicistas que apostam na degradação do serviço postal. E tem quatro principais consequências negativas:

- Aumenta muito a distância a percorrer «em vazio» pelos trabalhadores, atrasando a distribuição postal ainda mais;
- Degrada as condições de trabalho e remuneratórias face ao aumento do tempo e da distância a percorrer na deslocação de casa para o CDP e do CDP para os locais onde se realizam os giros;
- Prossegue o processo de desertificação do interior, com mais uma atividade a ser concentrada, abandonando as regiões menos densamente povoadas;
- Os milhares de quilómetros a mais que são percorridos pelos trabalhadores, além do incremento da penosidade associada à profissão de carteiro, degrada o meio ambiente, que só parece ser uma preocupação deste governo quando é usado como desculpa para liquidar aparelho produtivo nacional;
- No quadro da pandemia, tudo isto é mais grave, pois por razões economicistas está-se a concentrar trabalhadores em espaços menores, aumentando o risco que estes trabalhadores já enfrentam para manter o serviço postal a funcionar.

O quadro em anexo apresenta um breve resumo dos últimos encerramentos de CDP com a respetiva concentração da atividade (mais concretamente, dos ocorridos desde Setembro, sem esquecer a importância doutros encerramentos anteriores, como os de Celorico da Beira, Almeirim, Alter do Chão, Crato, Avis, Monforte, Arronches, etc.).

Assim, ao abrigo da alínea d) do artigo 156.º da Constituição e nos termos e para os efeitos do artigo 229.º do Regimento da Assembleia da República, questionamos o seguinte:

1. Tem o Governo conhecimento do processo em curso de liquidação da rede nacional de CDP e das consequências cada vez mais graves que tal processo acarreta para os trabalhadores, os utentes e o serviço postal?
2. Tem o Governo conhecimento da brutal extensão que a Administração dos CTT pretende dar a este processo?
3. Face às necessidades colocadas pela pandemia, não concorda o Governo que estamos perante um processo que aumenta o risco para os trabalhadores e as populações?
4. Quando vai o Governo travar a destruição do serviço postal nacional com a renacionalização dos CTT?

Palácio de São Bento, 21 de janeiro de 2021

Deputado(a)s

BRUNO DIAS(PCP)

ANTÓNIO FILIPE(PCP)

PAULA SANTOS(PCP)

ANA MESQUITA(PCP)

JOÃO DIAS(PCP)

DUARTE ALVES(PCP)

Existem anexos ao documento.